



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CEAF**

EDITAL N.º 01/2016

O Presidente do Conselho Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público, através do presente edital, convoca os interessados na publicação de artigos científicos na área jurídica, para a Revista Jurídica do Ministério Público n.10/2016, conforme as disposições seguintes:

1. A Revista Jurídica do Ministério Público é uma publicação anual de responsabilidade do CEAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público, que tem por objetivo o aperfeiçoamento funcional dos membros e servidores do Ministério Público e o fomento da produção de trabalhos de interesse jurídico e demais pensadores do Direito.
2. Poderão participar do periódico os membros e servidores do Ministério Público, bem como, demais profissionais e formandos de áreas afins às ciências jurídicas, individualmente ou por dois autores, no máximo.
3. Os artigos devem ser inéditos e não podem ser submetidos à avaliação simultânea em outro periódico e deverão ser encaminhados por meio eletrônico ao endereço ceaf@mp.pb.gov.br ou entregue em CD-ROM (em arquivo Word, BrOffice e LibreOffice) junto ao CEAF, localizado na Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro, João Pessoa-PB, fone (83) 3221-0917, acompanhado de uma (01) cópia impressa do artigo, assim como, em separado, remessa onde conste o nome completo do autor, os dados relativos a sua titulação, o título do artigo, e endereço completo do articulista, incluindo telefone, fax e endereço eletrônico, uma vez que a parte textual do artigo não deve contemplar nenhuma identificação do autor, como forma de preservar isonomia entre os concorrentes.

4. Os trabalhos deverão ser entregues até 60 (sessenta dias) dias após a publicação deste Edital.

5. O texto completo (incluindo notas de rodapé e bibliografia) deve conter no mínimo 12 e no máximo 25 páginas, tamanho A4, padrão ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e não serão aceitos anexos.

6. O texto deverá ser digitado em Word for Windows, BrOffice e LibreOffice, respeitando as seguintes dimensões: papel A4, letra Times New Roman, tamanho 12, excetuando-se as citações de mais de três linhas e notas de rodapé, abaixo descritos, que terão padrão próprio, espaçamento 1,5 (um e meio), margem superior de 3,0cm, inferior de 2,0 cm, direita de 2,0cm e esquerda de 3,0cm, justificado.

7. Corpo do trabalho: o título deve estar sem indicativo numérico. A partir da primeira seção, o indicativo numérico em algarismo arábico precederá seu título, alinhado à esquerda, separado por um espaço e sem ponto. A primeira seção em letra (fonte) minúscula em negrito, segunda seção em letra (fonte) minúscula sem negrito e a terceira seção em letra (fonte) minúscula em itálico. Entre cada seção, deve-se respeitar o espaço de (01) uma linha.

8. Resumo/Abstract: Devem ser apresentados na primeira página do trabalho um em português e outro em inglês, e não podem ultrapassar 250 palavras, com informações que permitam uma adequada caracterização do artigo como um todo. O resumo deve informar o objetivo, a metodologia aplicada, os resultados principais e conclusões. As palavras-chaves: no mínimo 3 e no máximo de 5 palavras serão apresentadas em seguida ao resumo e abstract, que servirão para indexação do artigo.

9. Todo destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de itálico, não usar sublinhado e negrito. As citações devem ser apresentadas conforme a norma da ABNT NBR 10520, as citações podem ser no próprio texto e/ou em notas de rodapé. As citações diretas no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor (fonte 10) que a do texto e

sem o uso de aspas. As palavras estrangeiras devem ser grafadas em itálico.

10. Trabalhos que contenham gráficos, quadros, tabelas ou qualquer tipo de ilustração devem apresentar as respectivas legendas, citando a fonte completa de pesquisa e sua posição no texto.

11. As referências bibliográficas deverão ser indicadas no final do texto, de acordo com a norma da ABNT NBR 6023/2002. Usar Itálico para destacar o título do livro ou do periódico.

12. Os trabalhos que não seguirem as normas deste edital e da ABNT serão devolvidos aos seus autores para correção, devendo ser reenviado no prazo máximo de 10 dias, a contar da devolução ao autor. Caso não cumpra o prazo estipulado neste Edital, o artigo estará automaticamente eliminado da apreciação do Conselho Editorial desta Revista.

13. Só serão aceitos para avaliação nessa publicação, artigos elaborados (com pesquisa bibliográfica e on-line) no período igual ou anterior ao ano de 2016.

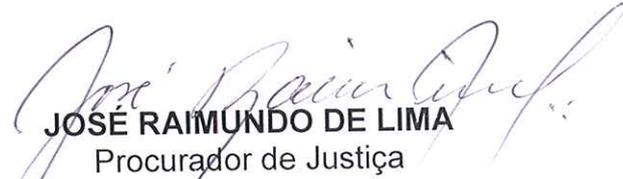
14. O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade de seus autores e a simples remessa do original para apreciação implicará na autorização para sua publicação.

15. A seleção dos trabalhos para publicação é de responsabilidade do Conselho Editorial e de sua decisão não cabe recurso.

16. Os trabalhos serão submetidos à avaliação cega, que consiste na seleção dos artigos sem que o Conselheiro-avaliador tenha a informação sobre o autor do artigo avaliado.

17. Os trabalhos selecionados serão publicados na Revista Jurídica do Ministério Público de n.10/2016, em formato impresso e eletrônico (CD-R), a critério da Procuradoria-Geral de Justiça.

João Pessoa, 15 de setembro de 2016.



JOSÉ RAIMUNDO DE LIMA
Procurador de Justiça
Diretor do CEAF
Presidente do Conselho Editorial